

NORMAS E INSCRIÇÃO DOS RESUMOS PARA OS GTS - GT-15
(PRESENCIAL): LITERATURA, EDUCAÇÃO E PEDAGOGIAS DECOLONIAIS
PARA EQUIDADE RACIAL

**A NORMATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE FOZ DO IGUAÇU-PR**

Emanuelson Matias De Lima (emanuelson.matias@hotmail.com)

Luciano Da Silva Pereira (luciano.pereira@ufmt.br)

O presente resumo emerge de uma pesquisa em andamento, junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, vinculada ao Grupo de Pesquisa Formação de Professores, Diversidade e História em Contextos Socioculturais e Educacionais (GEPDSE/UFMT), que tem como objetivo analisar de que maneira as práticas pedagógicas no ensino de História na Rede Municipal de Foz do Iguaçu-PR vêm integrando os princípios da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Em 2024, o Ministério da Educação realizou o Diagnóstico Equidade com o objetivo de conhecer o processo de implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nas redes estaduais e municipais de educação. Este Diagnóstico apontou que mais de 65% dos municípios paranaenses, incluindo Foz do Iguaçu, não possuíam alguma normativa para a implementação destas Leis e de suas Diretrizes nas unidades escolares. Com a instituição do Sistema Municipal de Ensino do Município de Foz do Iguaçu, através da Lei nº 5247/2023, o Conselho Municipal de Educação (CME) tornou-se oficialmente o órgão normatizador das regulamentações complementares. A partir deste Diagnóstico, o CME foi pautado pela Secretaria Municipal de

Educação para realizar esta normatização. Por isso, através da Deliberação Nº 004/2025, o CME normatizou a implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no Sistema Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu. A Deliberação está organizada em cinco partes, iniciando com a legislação federal, estadual e municipal. Em seguida, apresenta as responsabilidades da Secretaria Municipal da Educação, das entidades mantenedoras das instituições privadas de Educação Infantil, da Equipe Multidisciplinar de Educação para as Relações Étnico-Raciais (EMERER) e das unidades escolares. A partir dos aportes teóricos de Kabengele Munanga (2005), Petronilha Silva (2015), Nilma Gomes (2017) e Eliane Cavalleiro (2024), buscamos analisar a referida Deliberação dialogando com os principais conceitos de diversidade, relações raciais, políticas educacionais e racismo escolar, considerando a inter-relação destas questões com as práticas pedagógicas.

Palavras-chave: educação; legislação; erer; práticas pedagógicas.